Municipal com comprometimento de receita não prevista no orçamento, nos termos das Leis referente a matéria.

CAPITULO VI

DAS INFRAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS PRATICADAS

PELO VICE-PREFEITO

ART. 9º: São infrações politico-administrativas do Vice-Prefeito Municipal;

- I-Os atos definidos nesta Lei, quando praticados ou ordenados, no exercício do cargo de Prefeito Municipal;
- II-As definidas nos artigos 5º e 6º, inciso VII, desta Lei, quando por ele praticadas no exercício do cargo de Prefeito Municipal;

CAPITULO VII

DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO

Seção I

Da Denúncia

ART. 10: Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar, por escrito o Prefeito ou Vice-Prefeito pela prática de infração politico-administrativa, perante a Câmara Municipal;

ART. 11: A denúncia somente será recebida enquanto o denunciado não tiver por qualquer motivo, deixado definitivamente o mandato;

ART. 12: A denúncia assinada pelo denunciante, com firma reconhecida, deve estar acompanhada por documentos que a comprovem ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local onde possam ser encontrados.

§ Único-Nas infrações politico-administrativas que haja provas testemunhais a denúncia deverá conter o rol de testemunhas de no máximo cinco (5);

ART. 13: As testemunhas arroladas na denúncia deverão comparecer para prestar seu depoimento, adotando a Mesa Executiva as providências legais que se tornarem necessárias para com pelilas a obediência.

Seção II

Da Acusação

ART. 14: Apresentada a denúncia o Presidente da Câmara Municipal,